



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ACORDÃO : Nº 52

PROCESSO: Nº 064/90

ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS (ACREDATA), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1989

RELATOR : CONSELHEIRO ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE

Considera irregular a prestação de contas da Empresa de Processamento de Dados (ACREDATA), tendo em vista que até o momento presente este Tribunal de Contas não foi comunicado se foram cumpridas as medidas editadas no Acordão nº 22, datado de 17.07.90, exarado no Processo nº 020/90, e pagamentos devidos de Décimo Terceiro Salário aos componentes dos Conselhos Fiscal e de Administração, da Empresa ACREDATA.

RELATÓRIO: Em cumprimento ao que preceitua o art. 60, parágrafo único, da Constituição Estadual, foi encaminhada pela Empresa de Processamentos de Dados do Acre (ACREDATA), a seguinte documentação.

- Demonstrações financeiras do exercício de 1989;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras;
- Relatório de Auditorias de nºs DAC/142/89 e DAC/158/90;
- Parecer do Conselheiro Fiscal;
- Parecer dos Auditores; e
- Relatório Anual da Administração.

A ACREDATA é uma Empresa pública com 149 funcionários, voltada para a exploração de serviços de informática, vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação e pertencente ao Governo do Estado do Acre, que detém 99,95% de suas ações, através de suas Secretarias e diversos órgãos da administração pública. Em 1989 sua receita foi NCZ\$ 7.807.607,00, custos dos serviços prestados NCZ\$ 5.086.485,00, despesas operacionais de NCZ\$ 12.709.709,00, resultando de um prejuízo de NCZ\$ 9.092.358,00 para o referido exercício.

Com base nos levantamentos efetuados pela Azevedo Auditores, técnicos e Auditor do Tribunal de Contas do Estado, e ainda na



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

TRIBUNAL DE CONTAS	
SECRETARIA DO PLENÁRIO	
Proc. N.º	64/90
Fls. N.º	93-
rubrica	DP

ACORDÃO : Nº 52

PROCESSO: Nº 064/90

ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS (ACREDATA), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1989

RELATOR : CONSELHEIRO IGNARD BASTOS BARBOSA LEITE

Considera irregular a prestação de contas da Empresa de Processamento de Dados (ACREDATA), tendo em vista que até o momento presente este Tribunal de Contas não foi comunicado se foram cumpridas as medidas editadas no Acordão nº 22, datado de 17.07.90, exarado no Processo nº 020/90, e pagamentos indevidos de Décimo Terceiro Salário aos componentes dos Conselhos Fiscal e de Administração, da Empresa ACREDATA.

RELATÓRIO: Em cumprimento ao que preceitua o art. 60, parágrafo único, da Constituição Estadual, foi encaminhada pela Empresa de Processamentos de Dados do Acre (ACREDATA), a seguinte documentação.

- Demonstrações financeiras do exercício de 1989;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras;
- Relatório de Auditorias de nºs DAC/142/89 e DAC/158/90;
- Parecer do Conselheiro Fiscal;
- Parecer dos Auditores; e
- Relatório Anual da Administração.

A ACREDATA é uma Empresa pública com 140 funcionários, voltada para a exploração de serviços de informática, vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação e pertencente ao Governo do Estado do Acre, que detém 99,95% de suas ações, através de suas Secretarias e diversos órgãos da administração pública. Em 1989 sua receita foi R\$ 7.807.607,00, custos dos serviços prestados R\$ 5.086.485,00, despesas operacionais de R\$ 12.709.709,00, resultando de um prejuízo de R\$ 9.092.358,00 para o referido exercício.

Com base nos levantamentos efetuados pela Azevedo Auditores, técnicos e Auditor do Tribunal de Contas do Estado, e ainda na



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

TRIBUNAL DE CONTAS	
SECRETARIA DO PLENÁRIO	
Proc. N.º	64/90
Fls. N.º	- 94 -
Rubrica	OP

leitura das peças do processo, o nosso entender é que, no momento em que a auditoria foi efetuada o desempenho administrativo-financeiro da ACREDATA é deficiente.

Os trabalhos executados pela auditoria externa, levada a efeito por Azevedo Auditores e Consultores Associados, além da efetuada pelos Técnicos e Auditor deste Tribunal, versaram sobre os seguintes tópicos: demonstrações financeiras encerradas em 31.12.88 e 31.12.89, controle de pessoal; receitas referentes a recursos próprios da empresa; despesas com recursos próprios controle patrimonial; levantamentos de recursos repassados pelo Estado e sua aplicação; análise do balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício, demonstração das origens e aplicações de recursos.

Constatamos que diversas ações voltadas para a melhoria da saúde administrativa-financeira da ACREDATA foram levadas a efeito nos termos das peças dos processos entre as quais destacamos: implantação do sistema de cursos informatizados; o patrimônio da empresa controlado por sistema eficiente, dívida junto ao IAPAS em negociação; gerência de recursos humanos implantada; normatização das atividades administrativo-financeiras; reavaliação do ativo imobilizado e conseqüente aumento do capital social, e por fim, melhoria sustencial na maioria dos indicadores de desempenho da empresa no ano de 1989 versus 1988, onde se considerou que a situação econômico-financeira da ACREDATA era de extrema gravidade, com tendências de encerrar suas atividades a curto prazo. Em que pese esses fatores positivos há que se salientar que as recomendações da Azevedo Auditores voltados para a recuperação consistente da ACREDATA que foram referendadas pelos técnicos e Auditor deste Tribunal, em geral não tiveram suas implementações efetivas tais como: o valor de NCZ\$ 12.076.229,56 inscrito na Provisão para Pagamentos a Efetuar refere-se ao provimento dos



TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA DO PLENÁRIO
Proc. N.º 64/90
Fls. N.º 95
Rubrica

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

encargos monetários sobre o Finsocial, FOTS, IAPAS, ISS, IRRF, PASEP que deixaram de ser recolhidos até 31.12.89, bem como provisão para férias e encargos sociais; o saldo balanceado em 31.12.89, na rubrica Imposto a Pagar, no valor de R\$ 678.289,40, refere-se ao imposto de Renda retido na fonte da folha de pagamento e de terceiros, bem como impostos incidentes sobre faturamento, não recolhidos pela ACREDATA, o que leva a empresa a situação passível de ação criminal, por apropriação indébita; as despesas operacionais (administrativas, comerciais, financeiras) cresceram de 75% para 160%; todos os seus clientes continuam sendo empresas públicas ou órgãos do governo; os pagamentos das faturas continuam sendo feitos parcialmente pelos clientes; as despesas administrativas operacionais continuam elevadas (26% da receita de dezembro de 1989), quando o recomendado seria de apenas 15%. Continua não havendo ação diligente dos administradores para recebimento dos haveres da empresa junto aos seus clientes; não há processo licitatório para as compras; os membros do Conselho-Fiscal/Administração recebem salários gerando vínculo empregatício indevido e seus membros não são qualificados para a função. Isto posto, continuam os reflexos repercutindo negativamente no âmbito da empresa.

O Ministério Público Especial, conclui em seu parecer de fls. 58/59, sugerindo a adoção das medidas preconizadas por Azevedo Auditores e Consultores Associados, discordando apenas no que diz respeito à venda de 49% das ações do setor privado, por entender que isso em nada adiantaria. Seria paliativo, como também importaria tal procedimento em mudança da personalidade jurídica da ACREDATA, que deixaria de ser empresa pública para se transformar em sociedade de economia mista.

Eram Diretor Presidente, os senhores Luiz Carlos Simão Paiva, no período de abril a outubro/89 e Ricardo Meira Eluan, no período de novembro a dezembro de 1989 e Diretores



SECRETARIA DO	CONTAS
Proc. N.º	64/90
Fls. N.º	- 96 -
Rubrica	OP

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Administrativo Financeiro, os senhores Osman R. de Sales, no período de abril a outubro de 1989 e José Passos M. Nazário período de outubro a dezembro do mesmo ano.

Ao finalizarmos, ressaltamos que mandamos anexar ao presente processo o Acórdão nº 22, de 17.07.90, (fls 62/64) e Cálculo das Diferenças Salariais, estes últimos referentes ao exercício de 1989, pagos indevidamente a maior, conforme documentos de fls. 076/085, resultante da auditoria levada a efeito naquela Empresa e constantes do Processo nº 020/90.

É o Relatório.

VOTO:-

Voto no sentido de que a prestação de contas, referente ao exercício financeiro de 1989, seja considerada irregular, considerando que a Empresa ACREDATA, até o momento, não comunicou ao TCE se foram cumpridas as medidas indicadas por esta Corte, em Acórdão de nº 22, datado de 17.07.90, exarado no Processo nº 020/90, que determinou:

- a) Assinatura de todas as Atas de Assembléia Geral da Empresa ACREDATA;
- b) Elaboração de um Plano de Cargos e Salários;
- c) Devolução aos Cofres Públicos das importâncias pagas a maior, devidamente corrigidas, pelos que delas se beneficiaram, com base no Decreto Estadual 137, de 31.03.89. Unânime.

Voto, ainda, no sentido de que seja concedido o prazo de 30 (trinta) dias de acordo com o inciso I do art. 58 do Regimento Interno do TCE, a fim de que a Empresa ACREDATA adote as providências necessárias ao exato cumprimento da decisão acima referida, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas.

Concedo, também, o prazo de 30 (trinta) dias para



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

TRIBUNAL DE CONTAS	SECRETARIA DO PLENÁRIO
Proc. N.º	64/90
Fls. N.º	97-
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

que a ACREDATA cumpra as recomendações constantes dos Relatórios de fls. 024, 025 e 050, deste Processo, excetuando-se o que trata da venda de 49% (quarenta e nove por cento) das ações ao setor privado, comunicando a esta Corte as medidas adotadas neste sentido.

DECISÃO:

Decidiu-se por unanimidade de votos, acolher as sugestões mencionadas no voto do Conselheiro Relator que votou pela irregularidade das contas da Empresa de Processamento de Dados do Acre - ACREDATA, considerando o não cumprimento da Decisão constante do Acórdão nº 22, relativo ao Processo nº 20/90- TCE. Concedeu-se o prazo de 30 (trinta) dias de acordo com o inciso I, do Art. 53 do Regimento Interno do TCE, a fim de que a Empresa adote as providências necessárias ao exato cumprimento da mencionada Decisão, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas e, concedeu-se o prazo de 30 (trinta) dias para que a ACREDATA cumpra as recomendações constantes dos Relatórios de fls. 24, 25, e 50 do presente processo, excetuando-se o que trata da venda de 49% (quarenta e nove por cento) das ações ao setor privado, comunicando a esta Corte as medidas adotadas neste sentido. Por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro José Eugênio de Leão Braga, decidiu-se acrescentar às referidas sugestões, a ilegalidade do pagamento do 13º salário aos membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração e a devolução devidamente corrigida aos cofres da Empresa, pagos indevidamente, dando-se ciência, desta Decisão e da outra, do Acórdão nº 22, a Sua Excelência Senhor Governador do Estado.

Vencido, em parte, o Conselheiro Hélio Saraiva de Frietas, que votou com o Relator, com as ressalvas de que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, na qualidade de acionista majoritário, para que ad referendum da Assembléia Geral, nomeie




TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE


TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA DO PLENÁRIO
Proc. N.º 64/90
Fls. N.º 98
Rubrica

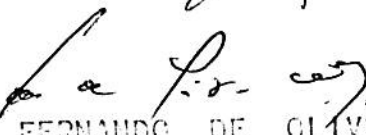
interventor na Empresa, para sancioná-la de acordo com o sugerido no relatório dos Auditores-Azevedo Auditores-Consultores e Associados e Relatório técnico deste Tribunal.

Presidiu a sessão o Conselheiro Alcides Dutra de Lima, sendo Relator o Conselheiro Ignard Bastos Barbosa Leite. Além do Relator, Tomaram parte na votação os Conselheiros: Marciliano Teis Fleming, Hélio Saraiva de Freitas, José Eugênio de Leão Braga, José Augusto Araújo de Faria e Valmir Gomes Ribeiro. Presente o Procurador-Chefe do Ministério Público Especial, Dr. Fernando de Oliveira Conde.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1990


ALCIDES DUTRA DE LIMA
Cons. Presidente


IGNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Cons. Relator


DR. FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do MPE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
Este documento foi publicado, no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N.º 5444
de 04 / 01 / 91
elencamento
Secretaria do Plenário